



Governo do Distrito Federal  
Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal  
Conselho de Alimentação Escolar do Distrito Federal

ATA - SEE/CAE

221ª REUNIÃO ORDINÁRIA - SETEMBRO DE 2023.

Aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três, às 14h41, por meio de videoconferência, sob a Presidência do Conselheiro Paulo Roberto Ferreira Dias, foi realizada a **221ª Reunião Ordinária do Conselho de Alimentação Escolar do Distrito Federal - CAE/DF**, que teve como pauta: **1 - Apresentação dos documentos: ofícios enviados e recebidos; 2 - Fiscalizações nas Escolas; 3 – Falta de Alimentos da Agricultura Familiar nas Escolas; 4 – Recebimento de Denúncias; e Encaminhamentos Gerais. Estiveram presentes** os(as) Conselheiros(as): Lucelita Santos Reis (Pais de Alunos - ASPA); Cristiane Machado Rodrigues (Pais de Alunos - ASPA); Paloma Cruz Porto (Poder Executivo – SEDF); Moacyr Francisco Mourão (Pais de Alunos - ASPA); Kleber Ribeiro dos Santos (DANMS); Paulo Roberto Ferreira da Silva (Sociedade Civil - ACELBRA-DF); Karla Lustosa de Mello Carvalho (Sociedade Civil - OSB-DF); Ivan Engler (Sociedade Civil – Agricultura Familiar); Samuel Fernandes da Silva (SINPRO-DF) e Ricardo Gama (SINPRO-DF). **Justificaram a ausência os Conselheiros:** Adriana Cruz Vaz (Sociedade Civil - ACELBRA-DF); Denivaldo Alves do Nascimento (SAE-DF); Antonia da Costa Souza (SAE-DF); Gabrielle Costa da Silva (Pais de Alunos - ASPA); Maria Cristina Guedes de Souza (Sociedade Civil - CRN-1). **Faltaram sem apresentar justificativa:** Rosimeire de Oliveira Souza Cavalcanti (DANMS) e Sildemara Francisco Leandro (DANMS); Rogério Batista Seixas (Poder Executivo – SEEDF) e Luiz Pedro Seixas Louzeiro (Poder Executivo – SEEDF) e Wercilene Gama Ribeiro Bonifácio (Poder Executivo – SEDF). O Presidente Paulo Roberto Ferreira da Silva cumprimentou a todos, informou que havia feito algumas alterações na Pauta enviada a todos anteriormente, que na mesma constavam apenas dois itens e ele acrescentou mais dois e pouco antes de iniciar acrescentou mais um, sobre as reuniões do Pleno, sendo então cinco itens a serem tratados na presente Reunião Ordinária. Então leu a Pauta explicando que os itens seriam: **1 – Apresentação dos documentos, Ofícios enviados e recebidos; 2 – Fiscalizações nas Escolas; 3 – Falta de Alimentos da Agricultura Familiar; 4 – Recebimento de denúncias e 5 - falar sobre as Reuniões presenciais ou On Line.** Nesse momento, Paulo passou a palavra ao Kleber Ribeiro, vice-presidente, para que o mesmo desse as boas vindas e disse que em seguida a Secretária Executiva, Cleide Cortez, falaria sobre os Ofícios enviados e recebidos. Assim, o vice-presidente Kleber deu boa tarde a todos, expressou sua satisfação em revê-los novamente, mesmo que pela internet. Disse que nessas duas semanas está meio ocupado e em seguida passou a palavra à Secretária Executiva Cleide Cortez Cirilo, que apresentou o **Item 1 da pauta: ofícios enviados e recebidos:** a Secretária Executiva iniciou relatando acerca do último Ofício tratado na Reunião anterior, o Ofício nº 89, o qual solicita passagens aéreas e hospedagem para que os conselheiros participem do Fórum em Macapá. Informou que o documento tramitou, mas que até então não teve resposta. Prosseguiu relatando sobre os demais documentos enviados e recebidos. **Ofício nº 90/2023 – Plano de Ação 2023:** informou que a DIAE havia solicitado algumas correções e que as mesmas foram feitas, que algumas eram por erro de digitação. Informou então que o Plano de Ação já está publicado e disponível no site oficial da SEEDF. Informou ainda que havia atualizado a Tabela com todos os Ofícios enviados e disse que nela, todas as respostas estão bem detalhadas que a mesma seria enviada a todos os conselheiros logo após a Reunião. **Ofício nº 91/2023 – Irregularidades no CEM Taguatinga Norte:** o mesmo foi motivado por denúncia de que uma aluna diabética não estava recebendo o cardápio especial. A Secex/SEEDF respondeu que os cardápios, são

todos, quando informado, atendidos e que nesse caso foi a Escola que não informou para a UNIAE/Taguatinga sobre a necessidade da aluna. A Secex/SEEDF informou ainda que após a realização da fiscalização já estão atendendo adequadamente o cardápio para ela. **Ofício nº 92/2023 – Irregularidade na Escola Classe Polo Agrícola da Torre** –A Fiscalização se deu motivada por denúncia de uma mãe à PROEDUC relatando a falta de alimentos na escola e outras mães também entraram em contato, por telefone com o CAE/DF, denunciando que a alimentação era mal preparada, que a comida era ruim e que os alunos não queriam se alimentar e estavam chegando em casa com fome. Após a realização da visita pelo conselho a SEEDF respondeu que a execução da preparação deve ser monitorada pela equipe gestora da escola, mas que, no entanto, durante a própria visita do conselho os alunos relataram que a comida era boa, enfim, que os próprios alunos não reclamaram para o Conselho. Foram listadas outras irregularidades que ainda não foram respondidas. **Ofício nº 93/2023 – Foi encaminhado para a ASPA/DF e trata sobre a reintegração do Conselheiro Tiago:** esse Ofício foi enviado logo após a Reunião passada e não teve resposta até na segunda-feira anterior à esta reunião. Porém, a Secex/CAE conseguiu contato telefônico com a Dra Ana Paula, vice-presidente da ASPA, mas que ainda no dia da presente Reunião a mesma mandou algumas dúvidas por e-mail e ficou de responder o quanto antes de forma Oficial. **Ofício nº 94/2023 – Foi encaminhado para a ASPA/DF e trata sobre a indicação de novos representantes da ASPA/DF no CAE/DF:** Aguardando resposta. **Ofício nº 95/2023 – Irregularidades nas Escolas de Brazlândia, Sobradinho e Granja do Torto:** Aguardando resposta. **Ofício nº 96/2023 – Solicitação de prorrogação do prazo para prestação de contas 2022 junto ao FNDE:** Aguardando resposta. **Ofício nº 97/2023 –** A Secex/CAE informou que esse Ofício foi motivado a partir de uma conversa do Presidente Paulo com a Gerente de Atenção à Saúde do Estudante e que os mesmos, em comum acordo, decidiram pedir uma Relação atualizada de todos os alunos da rede que possuem necessidades alimentares específicas para a SEEDF. No entanto, a SEEDF/DIAE respondeu que não possui essas informações específicas, que foram solicitadas, dados como o nome dos pais, endereço, etc. Respondeu que o levantamento é feito só para conhecer os tipos de necessidades especiais para poder balizar o trabalho da DIAE. Ressaltaram que, a Diretoria de Alimentação Escolar não tem autorização para a divulgação dos dados pessoais como: endereço, laudos médicos e etc, dos estudantes das escolas públicas do DF. Portanto, uma vez que o CAE/DF solicita dados sensíveis a Diretoria, a mesma alerta para a Lei nº 13.709 a qual versa sobre a Lei Geral de Proteção de Dados para que seja observada pelo CAE no uso dos dados dos estudantes. Nesse momento a conselheira Karla interrompe para a conselheira Ana Paula Daltoé fazer suas observações. Porém, o Presidente Paulo interrompe para falar que: “A Secretária está meio sem noção, que o CAE/DF é uma estrutura dentro da SEEDF”, menciona ficar impressionado em como é que um pai, uma mãe vai fazer matrícula e a Secretária não tem os dados do aluno. Afirmou que isso “é muito estranho”. A Secretária Executiva do CAE/DF diz que na verdade, esses dados são de uso específico das escolas e que a nível Central o sistema é outro e que então não tem acesso direto a essas informações. Aí teria que eles, a DIAE, solicitar essas informações para cada escola, mas a DIAE diz que esse procedimento é errado. Afirmo que então, talvez deversem reenviar a solicitação ponderando sobre isso. O Presidente Paulo então explica, que esteve reunido com o pessoal que trata sobre a questão do Programa Saúde do Estudante, onde ele foi conversar sobre a questão dos laudos médicos para os alunos com necessidades alimentares especiais e lá ela solicitou esses dados, porque ela precisa para fazer convênio ou buscar parceria junto à Secretaria de Saúde. Informou que a ideia é que esses laudos sejam emitidos pelos postos de saúde próximos das residências desses alunos. Então, ela precisa dessas informações para que possa se movimentar e resolver esse problema, que é de muitos e muitos anos, de laudar esses alunos com necessidades alimentares para que a SEEDF possa atendê-los e comprar os alimentos necessários para o atendimento dessa população. O Presidente Paulo Roberto disse que na última relação encaminhada ao CAE/DF esse número passava de 2.000 (dois mil), que era quase 2.500 (dois mil e quinhentos) alunos. Que, ou seja, essas informações que estão solicitando, são necessárias, para que possam desenvolver esse trabalho. O Presidente disse que, “como o CAE/DF e a SEEDF são a mesma coisa”, ele pensa, “que a SEEDF não poderia estar invocando essa legislação de que não pode fornecer as informações para o

CAE/DF. Até mesmo porque essas informações devem estar guardadas dentro da própria SEEDF, e que, então ele acha que a SEEDF está equivocada nesse sentido. Paulo Roberto passou a palavra para a conselheira Ana Paula. A mesma iniciou dizendo que “a informação que o Presidente tem está correta, mas que uma das formas deles fazerem outra abordagem sobre isso é pedir o dado anonimizado, pedir apenas a escola e o endereço para relacionar o posto de saúde”. Ou que podem fazer a alternativa em que os conselheiros do CAE/DF assinam um termo de responsabilidade com a LGPD de fazer a resposta civil, criminal de acordo com o servidor público, indicando essa questão de que o CAE é um órgão pertencente à estrutura de políticas públicas de alimentação escolar e que os Conselheiros assumem a responsabilidade pelos dados fornecidos pela Secretaria de Educação. Avisou que se for aberto um processo em relação a isso e cada conselheiro assinar o Termo de Responsabilidade no tratamento de dados, e aonde a Secretaria de Educação fique resguardada juridicamente que pode compartilhar os dados, está tudo certo. Mas, a mesma afirma que já poderiam resolver essa questão com a anonimização dos dados, que não precisa ter o nome dos alunos para fazer isso, não se sabe se para o objetivo final vai precisar do nome do aluno, mas, se não precisar do nome, precisar só do endereço, é possível fazer a anonimização do dado e gerar só uma lista com o endereço para que a Unidade Básica de Saúde da região tenha a ciência de que existe essa demanda e de que os alunos vão se dirigir para lá. O Presidente afirma que eles precisam pelo menos do nome para atenderem esses alunos, nesse momento a conselheira Ana Paula diz que ela acha que cabe reiterar o Ofício especificando o porquê, diz não saber se no primeiro Ofício foi especificado o porquê precisava, mas é necessário. Em seguida agradeceu e passou a palavra e então a Secretária Executiva prosseguiu com as informações sobre os Ofícios enviados. Relatou que do **Ofício nº 98/2023 ao Ofício nº 105/2023 - são Ofícios referentes às irregularidades encontradas nas fiscalizações das escolas e que até o Ofício nº105/2023**, ainda não receberam nenhuma resposta. Ressalta que o **Ofício nº 106/2023: solicita novamente doação de equipamentos de informática e material de escritório para a Superintendência da Receita Federal –** Aguardando resposta. **Ofício nº 107/2023 - Trata da Denúncia de falta de alimentos nas escolas e transporte para os conselheiros do CAE/DF enviado para o FNDE:**a Secretária ressalta que este Ofício já foi reiterado algumas vezes e que o Conselho recebeu por e-mail uma resposta rápida da Coordenadora Solange Castro onde diz que estão cientes da atual situação e tomando providências. **Ofício nº 108/2023 – Solicitação de acesso aos processos de compras para a Alimentação Escolar, referente aos fornecedores Call Comércio e Barbosa e Oliveira Comércio:**a SEEDF respondeu e ao verificar a Secretária Executiva viu que o acesso está só para a Secex/CAE, ainda não tem acesso para os conselheiros. Assim, a Secex/CAE está reencaminhando o processo solicitando e especificando o acesso para os conselheiros. A mesma afirmou que nesse caso, o Presidente Paulo pediu que fosse encaminhado para os conselheiros da Comissão Orçamentária, e que então estava reenviando para que fosse liberado o acesso integral para eles. Ofício nº 109/2023 e o **Ofício nº 110/2023** – ainda não foram encaminhados porque falta só a assinatura do Presidente e são sobre as irregularidades na EC 02 da Estrutural e sobre os cardápios que não estão sendo atendidos porque faltam alimentos nas escolas. **Ofício nº 111/2023 – Trata sobre a falta de alimentos nas escolas e sobre a falta de processo licitatório para a Agricultura Familiar:** O CAE recebeu outra breve resposta da Coordenadora Solange do FNDE que diz que estão cientes sobre a situação relatada sobre a alimentação escolar no DF e que, por oportuno destacam que estão tomando as providências necessárias conforme o atendimento de todos os processos de fluxo de denúncias daquela Coordenação Geral. A Secretária Executiva explicou também que havia dois processos, um que trata sobre o Teste que o Presidente Paulo e a conselheira Maria Cristina participaram, um teste dentro e fora do acém bovino moído, que foi questionado pelo CAE, o gênero foi retirado de consumo e retornaram para o consumo sem fazerem as devidas análises e o conselho questionou. Então fez parte desse processo de retorno da carne o teste dentro e fora que foi realizado na segunda-feira e o CAE/DF esteve representado pelo Presidente Paulo Roberto e pela conselheira Maria Cristina. O outro processo pedia a visita do CAE à EC Jiboia, a conselheira Karla e o conselheiro Roberto estiveram lá. A denúncia tratava sobre a falta de alimentos, no entanto, verificaram que não houve a falta. Posteriormente a Secex/CAE fez contato com a mãe que fez a

denúncia e mesma falou que foi uma situação específica, ocorrida na época da greve em que a escola havia informado que não ia poder atender ao cardápio, mas que a alimentação já está normalizada e está tudo ok lá na escola. A Secretária informou ainda que o último **Ofício enviado foi o Ofício nº 112/2023** – Trata sobre o acesso aos processos licitatórios de aquisição do leite em pó: Aguardando resposta. Em seguida a mesma informou que na Tabela constam todos os Ofícios enviados em 2023 com as respectivas respostas detalhadas conforme estão no SEI, que foram copiadas e anexadas na Tabela que será encaminhada aos conselheiros após a Reunião. Sem mais, o Presidente Paulo retomou a palavra e a condução da Reunião passando a palavra para a conselheira Lucelita Reis que cumprimentou a todos e disse achar que, não entendeu. Disse que a Secretária falou em um Ofício do CAE em que os conselheiros não tinham acesso e que o Presidente ia mandar para a Comissão Orçamentária, aí ela não entendeu. Disse que até onde a conselheira sabe, no Regimento e pelos vários secretariados que entraram e saíram de várias gestões, sempre ficou bem clara a seguinte questão: “que esses Ofícios chegam e só a Secretária Executiva tem acesso, da feita que a Secretária Executiva tem acesso, por Lei, todos os conselheiros, “como o Sinpro pode autoafirmar isto, o presidente Samuel do Sinpro, o conselheiro Ivan que está aí também que sabe, que é das antigas e sabe disso, o conselheiro Ricardo, todos nós conselheiros das antigas sempre soubemos que o Ofício chega pra a Secretária Executiva, aí o quê que acontece: qualquer Ofício que Secretaria de Educação mandar para a Secretária Executiva, ela tem acesso e da feita que ela tem acesso, ela baixa e encaminha para cada um dos conselheiros com base na Lei”. A mesma disse que não entendeu e acha que tem que ficar bem claro para a SEEDF que sempre foi o trabalho da Secretária Executiva/CAE ter acesso a tudo isso e encaminhar para cada um dos respectivos conselheiros, e é qualquer um conselheiro, eles têm o direito de receber para ler, até porque eles precisam saber o que estão assinando e isso é Lei, é constitucional, palavras da conselheira, que continua dizendo que eles precisam saber o que estão assinando, então, logo eles têm que ler porque na hora de responder eles podem alegar pro CAE que não sabiam, que não leram, que a Secretária Executiva não avisou, que o Presidente não avisou e aí o “bicho vai pegar”. A conselheira Lucelita disse que, até onde ela estudou nesses anos todos no CAE, e perguntou aos conselheiros Samuel, Ivan e ao conselheiro Ricardo Gama, se estava correta essa fala aí, porque ela não entendeu. Disse que, até onde ela sabe, as informações chegam para a Cleide e a mesma é obrigada por Lei a mandar para cada um dos conselheiros analisar e daí ver se vai assinar ou não, ou com ressalva. Então, Cleide pediu para explicar direito e informou à conselheira Lucelita que esse processo não chegou pro CAE e nem para a Secex/CAE. Trata-se de um processo que foi pedido especificamente pela conselheira Karla e que então a Secex/CAE não tinha conhecimento do mesmo porque não deve fazer parte do trâmite encaminhar especificamente processo licitatório para o CAE ou para a Secex/CAE. Informou ainda que, na resposta que a SEEDF enviou foi mencionado a questão do Portal da Transparência, onde disseram que todas as informações constam no Portal, mas a Secretária Executiva ponderou que, acessando no próprio SEI facilita para o entendimento e para a visualização de todos os documentos constantes no processo, que então o que aconteceu foi isso: a conselheira Karla solicitou o acesso aos processos, a Secex/CAE solicitou isso junto a SEEDF e eles responderam atendendo parcialmente porque, a um processo eles liberaram o acesso da Secex/CAE mas precisa liberar para os demais, e o outro nem para a Secex/CAE foi liberado. Então, a Secex/CAE está solicitando essa correção. Imediatamente a conselheira Lucelita reforçou que a Secex/CAE “precisa ter acesso e que por Lei tem que ter acesso a tudo isso, e passar a informação para os conselheiros para que eles, em conjunto, possam trabalhar e melhorar essa realidade”. Nesse momento, a Secretária Executiva reforçou que todo documento que chega é encaminhado para a Presidência inicialmente, Paulo e Kleber, em meio à fala da Secretária a conselheira reforçou que “fica parecendo que os conselheiros estão pedindo favor, a caridade e não é”. É obrigação passarem. Logo a Secretária ressaltou que não é isso, que essa foi a forma que a Presidência achou para administrar o trabalho com a Secex/CAE, que isso é questão administrativa. Nesse momento o Presidente entrevistou e reforçou para a conselheira que nesse caso, em questão, foram solicitados os processos para o CAE e a SEEDF liberou apenas para a Secretária Executiva, e então o CAE reiterou o Ofício solicitando que a SEEDF libere todos os processos não só para a Secex/CAE e que estão aguardando que ela libere para

todos os conselheiros o acesso a esses documentos. Ao tentar prosseguir, a conselheira interrompeu o Presidente dizendo que o quê não ficou claro para ela, não foi nada disso. Disse que é porque sempre foi assim, é liberado para a Secretária Executiva e ela é que libera para os conselheiros, independente. O Presidente confirmou que sim, que é isso mesmo, mas que esse processo veio liberado somente para a Secex/CAE e a SEEDF não liberou para os demais. O Presidente então perguntou se a conselheira tinha entendido e a mesma confirmou que sim “mas que ficou parecendo que a conselheira estava pedindo caridade, favor, e que não é não”. Afirmou que é obrigação, tem que mandar. Então, novamente, o Presidente informou à conselheira que assim que liberarem a Secretária Executiva vai liberar o acesso e encaminhar para todos os conselheiros. Reforçou também que estão sendo encaminhados aos conselheiros todos os Ofícios recebidos, os Ofícios enviados e também a Tabela lida pela Secretária constando todos os Ofícios, desde o primeiro até o último, que então os conselheiros estão recebendo essas informações. Em seguida o Presidente Paulo Roberto seguiu com a Pauta passando ao Item 2– Fiscalizações nas Escolas: Ponderou que desde o início do ano eles vêm tratando sobre a questão das fiscalizações nas escolas, que cada conselheiro tem que fazer 09 (nove) visitas, no mínimo, mas só que essas fiscalizações não estão sendo cumpridas. Disse que estão com o número baixíssimo de conselheiros que estão fazendo as fiscalizações e reforçou que o CAE tem 24 conselheiros e que somente 09 (nove) conselheiros fizeram visitas. Mostrou que na Tabela que foi encaminhada aos conselheiros recentemente, eles tem a conselheira Lucelita com 21(vinte e uma) visitas, Paulo Motta com 06 (seis), a Diana com 01 (uma), o Samuel com 03 (três), informou que hoje o Samuel enviou mais uma, tem o Kleber que fez 02 (duas), tem o Paulo que fez 20 (vinte), e tem a Adriana que fez 01 (uma), a Maria Cristina que fez 02 (duas) e Karla que fez 12 (doze) e que essas são as fiscalizações realizadas até essa data. Ressaltou que ainda tem conselheiros que não foram nomeados, os dois da SEEDF e mais dois da ASPA/DF que ainda estão aguardando a ASPA/DF indicar esses nomes e também se manifestar quanto a reintegração do conselheiro Thiago, mas que até agora o CAE não teve resposta da ASPA/DF. O Presidente Paulo reforçou a informação que a Secretária já havia passado sobre o e-mail que a ASPA enviou ao CAE solicitando mais informações e que então estão aguardando a ASPA/DF responder ao CAE. Novamente o Presidente falou da importância de que os conselheiros realizem as fiscalizações, disse que estão fazendo esse levantamento diariamente e que solicitou que a Secex/CAE envie essa tabela, com as fiscalizações realizadas, todas as segundas-feiras. Disse que como todos têm percebido o CAE tem recebido muitas denúncias, que os conselheiros que estão visitando as escolas e estão vendo que tem muitos problemas, principalmente a falta de alimentação, cardápio fake, que a SEEDF apresenta o cardápio, mas na realidade ele não está sendo executado porque estão faltando muitos alimentos, principalmente os da Agricultura Familiar. O Presidente afirma que isso é muito importante e que só vão conseguir mapear essas questões mediante as fiscalizações dos conselheiros. Informou também que o CAE/DF e o CRN1 (Conselho de Nutrição da Região 1/ DF) estão com a parceria de fiscalização, disse que já foram feitas algumas fiscalizações com o CRN1 e que vão fazer a programação de fiscalizações, falou que já tem a ideia de fazer fiscalização em Taguatinga e que vão verificar a região de cada conselheiro para que possam realizar as fiscalizações nas suas regiões acompanhando assim o CRN1, e que foi por isso que a Secex/CAE havia perguntado quem morava na região de Taguatinga. O Presidente disse que essa parceria é muito importante porque terá os dois órgãos fiscalizando, o CAE fazendo a sua parte e o CRN1 fazendo a parte dele. Então o Presidente reforçou o pedido para que todos os conselheiros façam as fiscalizações e, em seguida passou a palavra para a conselheira Ana Paula Daltoé. A mesma ressaltou que é suplente no CAE e que não tem muita experiência ainda com fiscalização e queria saber se os demais, que têm mais experiência, teriam alguma sugestão sobre o melhor horário para chegar na escola de manhã e de tarde, para a fiscalização ficar mais efetiva. A mesma disse que queria, na verdade, uma orientação nesse sentido. Logo a conselheira Karla pediu ao Presidente para falar e o mesmo lhe concedeu a palavra. Assim, Karla prosseguiu dizendo que continua com o trabalho que vem realizando de análise de informação, de entender o quê está acontecendo no caso, por exemplo, da falta de alimentos. Então disse que responderia a pergunta feita pela Ana Paula, mas que é importante saber que a Secretaria de Educação quando ela recebe as matrículas das crianças, ela

tem numa plataforma tecnológica, num sistema, qual é a idade dessa criança e qual é a escola que ela está. A partir disso, a DIAE que é o departamento dentro da Secretaria de Educação, faz o levantamento de qual a quantidade de gênero precisa comprar para atender a capacidade nutricional que a alimentação escolar tem que dar para a criança e com isso eles definem as toneladas de alimentos que deve ser comprados durante o ano. Disse então, que essas interrupções de compras não se justificam. Indicou que se a outra conselheira chegar na escola um pouco antes do almoço ou um pouco depois do almoço, tanto faz, o que ela tem que focar de olhar é o depósito, os frízeres, o que tem dentro do freezer, que é importante ela fazer um vídeo pequeno, curto, com o celular dela ou fazer fotografias. Informou que se ela olhar dentro do depósito e dos frízeres ela vai ver o quê que tem naquela escola e daí então, ela vai olhar em algum lugar da cozinha, na entrada da cozinha, por exemplo, vai ter um cardápio e quando ela olhar o cardápio vai ver que o cardápio tem datas e naquele dia em que ela estiver na escola vai ter a data lá. Então a conselheira Karla deu o exemplo do dia em que ela foi à Escola da Jiboia. Disse que foi no dia 20/09/23 e que nesse dia no cardápio estava dizendo: carne moída, arroz e feijão, não tinha verdura, não tinha legumes, mas era carne moída. Então já faltavam alguns itens: verduras, legumes e a fruta era tipo um lanche, no cardápio tinha tudo isso, então a conselheira disse que perguntou o quê estavam fazendo ali, olhou no fogão e verificou que estavam preparando arroz, feijão e cubos de carne. Já não era a carne moída. Ressaltou que a outra conselheira logo vai perceber, porque é Doutora, uma pessoa que estudou bastante e então ela vai entender que a Secretaria manda para as escolas, que na verdade não é a Secretaria que manda, afirmou que cada fornecedor é que entrega nas escolas e esse custo está no contrato, não está nem no edital que é lançado no mercado esse custo de logística, mas está no contrato. E disse que, então existem essas questões que a conselheira Ana Paula precisa verificar. Karla ainda informou que pediu ao Presidente Paulo para acrescentar uma pergunta que é: Se a escola está conseguindo executar o cardápio integralmente? Porque quando o conselheiro pergunta para a pessoa responsável, aí informou que a conselheira deve se dirigir à Direção da Escola e perguntar quem cuida, disse que às vezes, tem um profissional que cuida só da alimentação escolar. Ele recebe gêneros, ele administra o quê que vai fazer. A conselheira Karla disse que logo a conselheira Ana Paula vai perceber, vai perguntar se faltou gênero e a pessoa vai dizer sempre que não, porque não faltou, e não faltou mesmo. Disse que se entrar no depósito vai ter canjica, vai ter arroz, vai ter açúcar, vai ter flocão para fazer cuscuz. Mas, não vai ter o queijo para acompanhar o cuscuz, a manteiga para acompanhar o cuscuz. Em seguida a conselheira Karla disse que está à disposição da conselheira Ana Paula, que quando ela chegar na escola ela vai se identificar, vai dizer que é do CAE. Karla disse que tem levado a folha do Diário Oficial que tem a nomeação dela e a identidade e que ela nunca teve problema, ninguém nunca a barrou, nunca perguntou nada mais além do que está ali e do que ela fala. Reforçou que é uma realidade que os cardápios não estão sendo cumpridos e isso é por falta de gestão da Secretaria de Educação. Em seguida, Karla passou a palavra para a Secretária Cleide Cortez que informou que quando os conselheiros fazem vídeos, a Secex/CAE não consegue anexar no SEI e que as informações que constam no Ofício são com base no que os conselheiros relatam e que com dos vídeos não tem como colocar as informações no Ofício porque não tem registro. A conselheira Karla disse que podem fazer o vídeo e anexar lá no grupo das fiscalizações e de Orçamento, e que pode fazer o vídeo porque ela mesma, quando está fazendo o vídeo que é com a pessoa que a recebeu, que é quem acompanha a merenda escolar, a produção, o gênero que chega e que sai. Disse que aí ela questiona algumas coisas e fica gravado no vídeo. Informou que as fotos servem para a Cleide anexar no Relatório que ela vai fazer, mas que são fotos dos ângulos lá do depósito e tal. Mas, ela gosta de fazer o vídeo porque às vezes, ela sempre pergunta algumas coisas e a pessoa responde e nessas respostas têm muita coisa interessante, que aí o Presidente toma conhecimento, ele ouve, ele assiste, então têm essas questões; os outros conselheiros também. Mas, as fotos que ela tirar servem para a Cleide colocar no relatório. Nesse momento o Presidente Paulo reforçou que as fotos são importantes porque o que está ali é o que está mais ou menos no Relatório e então as fotos são muito importantes, “até mesmo porque servirão de provas no futuro”. A conselheira Karla complementou dizendo que muitas vezes eles encontram dentro de um freezer, dentro da escola, refrigerantes e

refrigerantes não podem estar dentro de escola, ou você não encontra nada dentro das geladeiras. Então, a conselheira Karla passou a palavra para a conselheira Ana Paula Daltoé que seguiu dizendo que nessa questão dos vídeos eles podem fazer no Google Drive e colocar o link lá no Relatório e aí o vídeo fica salvo lá. Faz-se um e-mail específico para isso, tipo vídeos CAE/2023 1, 2, 3, quantos forem necessários e colocam o link lá no relatório. A conselheira Karla disse, então, que ela tem o Drive e que nele tem as pastas de cada escola com os vídeos, as fotos e tem o Relatório, que é isso mesmo. A conselheira Lucelita pediu a palavra nesse momento e seguiu dizendo que essa questão do vídeo é de extrema importância, “que eles sabem da atual conjuntura” e que está com duas questões, que são sérias. Disse que uma, é essa questão da alimentação que desde a primeira semana de agosto estão faltando alimentos, mas que ontem ela esteve numa escola, inclusive esse relato, que são algumas questões que ela tem para falar com a Secretária Executiva, e até onde ela sabe, a mesma tem umas trinta e quatro fiscalizações, tudo concretas, inclusive ela passará para deixar ou veremos como fazer porque a Secretária passou uma quantidade que não é, é bem mais do que ela falou. A não ser que tenha algum equívoco aqui dentro, ela não sabe, mas que isso não cabe a ela e que depois ela pode ver com a Secretária Executiva. Seguiu dizendo que a outra coisa é que, ela esteve numa escola ontem em que só tiveram a primeira semana de agosto com a alimentação com verduras. Desde então, quem entregava era a Carajás e a Agricultura Familiar, e que aí o que acontece com tudo isso é que a escola está há quatro semanas sem verdura nenhuma. A conselheira Lucelita informou que quando ela chegou na escola a Diretora falou que desde então ela não tem alimentação nenhuma, a conselheira disse que está com o Relatório e vai passar para a secretária para mandar o SEI, mas não tem alimentação nenhuma e não tem previsão de quando vai ir essa alimentação, relato da conselheira Lucelita. Então, a conselheira disse que o que ela quer saber é se vai ficar mais um mês, porque pela Lei do FNDE, que o conselheiro Samuel complementar a fala dela, não pode acontecer. Não pode ficar sem verdura, disse que batata pode substituir o arroz, mas a batata não vai substituir os legumes e a verdura que, por Lei, tem que ter essas verduras na alimentação dessas crianças, haja vista que eles sabem a realidade de tudo isso, nesse momento perguntou para o Presidente se não é, o mesmo não se pronunciou e em seguida a conselheira falou que vai encaminhar esse Ofício. A mesma seguiu dizendo que o quê a deixou chocada não foi isso, foi que, quando ela foi conversar com a Direção sobre tudo isso, viu que eles estão conscientes do que está acontecendo, aí a conselheira perguntou pra Direção da Escola como eles estavam agindo diante da situação e que eles “estão revoltados com a reportagem que disse que a culpa foi dos gestores”, “e não foi”. E que por isso, a Direção foi assim meio que com pedras para ela, e perguntou o quê que o CAE vai fazer em relação a isso? Então a conselheira informou que, nesse momento explicou o trabalho do CAE, que disse que o CAE é um órgão da SEEDF para fiscalizar as ações da SEEDF no que diz respeito à área da alimentação escolar das crianças do DF, nesse contexto. A conselheira disse que a diretora disse que estava sendo cobrada pelos pais porque os filhos estavam reclamando que não tinha verduras. A conselheira ressaltou que tem pais que perguntam para os filhos o quê que eles comeram e que aí nunca tem verdura, nunca tem nada. Então a conselheira relatou que a Diretora informou que orientou aos pais a fazerem denúncias ao Ministério Público e que não era para ela não. Afirmou que a Diretora disse que eles têm que reclamar é para os órgãos de competência. Segundo o relato da conselheira, nesse momento ela disse à Diretora que nesse caso, ela também pode denunciar, como qualquer cidadão brasileiro, para os órgãos de controle, mas que também tem o CAE/DF e que eles também podem ligar e pedir para ir até lá. A conselheira disse para a Diretora que “esse CAE é da SEEDF e que estão realmente com esse problema, mas que o CAE/DF está fazendo do possível ao impossível para poder, em conjunto com a SEEDF mudar essa realidade vergonhosa, e que juntos podem melhorar essa realidade”. Então, a conselheira Lucelita reforçou que está com esse relatório e que vai encaminhá-lo depois. A mesma afirmou que os pais agora, é que estão denunciando, tipo eles não estão muito seguros. Afirmou não saber o quê está acontecendo. Em seguida, disse que o que ela quer saber e perguntou ao Presidente, é “se vai ter verduras para as crianças ou vai continuar como nas escolas que ela está fiscalizando que estão sem”. Disse que nas que o CRN1 foi, em conjunto com a conselheira Cris, só tinha batata. Em nenhuma tinha verduras, só batata. Nesse momento o Presidente

ressaltou que “é mesmo lamentável o que as escolas e os alunos estão passando por má gestão”. Reforçou dizendo que isso é má gestão da SEEDF e que essas palavras dele já vêm desde que ele assumiu o CAE/DF, que vem falando da má gestão e que a SEEDF não tem gestão, porque, palavras dele, “se tivesse gestão não estava acontecendo isso”. Afirmou que a SEEDF sabe que determinado contrato vai vencer e não faz a licitação, o pregão em tempo hábil, e que, por exemplo, o alimento vai acabar daqui a seis meses, a SEEDF começa a pensar em comprar os produtos faltando dois meses, um mês para se fazer um pregão, e sabem que isso demora muito e muito tempo. O Presidente Paulo Roberto continuou dizendo que estão vivendo, nesses últimos três meses, uma dificuldade muito grande junto à SEEDF, nesse sentido e que “quem está pagando o pato são os alunos”. O mesmo ressaltou que quando os relatórios das fiscalizações chegam, de imediato, o CAE faz os Ofícios para a SEEDF relatando aquela escola que está com dificuldade de cumprir o seu cardápio. Tanto é que foi a primeira vez que ele falou sobre cardápio fake, que está ali o cardápio elaborado pela SEEDF, mas, na realidade as crianças estão comendo outros completamente diferentes do que está ali no cardápio. O Presidente Paulo Roberto prosseguiu contando que: “hoje mesmo, eu já desabafei com uma conselheira sobre a grande dificuldade do CAE porque todo o comando, toda a gestão está nas mãos da SEEDF”. “Nós não temos carro para fazer a fiscalização, sabemos que a SEEDF pode fornecer o veículo para a gente, colocar um carro à nossa disposição e ela não o faz”, palavras do Presidente Paulo. O mesmo segue afirmando: “Nós não temos uma sala adequada do CAE, como se vê o Presidente não tem um computador para trabalhar na sala do CAE, nós não temos um auditório, não temos a nossa sala do Conselho, porque na que tem lá só tem poucas cadeiras e uma mesa, não temos data-show, não temos nada. Tivemos que pedir sempre ao Conselho de Educação, mas”... o mesmo destacou que até queria fazer uma reunião presencial mas não foi possível porque não tinham horário nesse auditório. E então o Presidente Paulo Roberto informou que a próxima Reunião, provavelmente será presencial, na sala de Reunião do Conselho de Educação. Concluindo o Presidente disse que fica de mãos amarradas sem saber o que fazer, porque o que podem fazer é cobrar, enviar os documentos, ele reforçou que está saindo na mídia muita reportagem e que a própria SEEDF chega na mídia e afirma que está tudo bem, que está tudo funcionando muito bem, que os alunos estão tendo os alimentos adequados e os conselheiros ficam do outro lado boque abertos e se perguntam se estão ficando loucos, que se perguntam se estão vivendo uma coisa e a SEEDF vivendo outra completamente diferente. Nesse momento o Presidente diz que vai parar de falar porque senão terminará falando coisas que não deve porque eles, a SEEDF, estão ali sendo pagos para fazer cumprir o programa. O Presidente afirma então que: “dinheiro tem e que eles (SEEDF) têm que fazer cumprir o que está na legislação.” Seguiu dizendo que os conselheiros estão fazendo a sua parte apesar de toda a dificuldade que a SEEDF está colocando para os mesmos. Citou como exemplo o fato de que, quando a SEEDF não coloca o carro à disposição dos conselheiros ela está colocando dificuldade para eles fazerem o trabalho e não trazer essas informações de falta de alimentos nas escolas, não trazer todas essas questões das escolas a público. E então, o Presidente afirma que acha que a própria SEEDF está travando o trabalho dos conselheiros para que eles não façam as fiscalizações. O Presidente passa então a palavra para o conselheiro Samuel que iniciou sua fala dizendo que os conselheiros têm que continuar realmente as denúncias e que tudo que for relatado nesta Reunião, a ata, deverá virar Ofício para os órgãos de fiscalização, para MPDFT, a Câmara Legislativa, etc. porque não é possível que a SEEDF acha que está tudo normalizado e não está. Disse que já estão a mais de um mês sem entregas de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar como verduras e legumes e que isso não pode acontecer. O conselheiro afirma também que cardápio Fake existe sim, tanto é que nas vistas que estão fazendo, como a que ele fez na EC 02 da Estrutural onde foi apresentado um cardápio Fake. Continuou dizendo que esteve lá no dia 15 de setembro e olhou o cardápio do dia 11 ao dia 15 e que em todos os dias faltaram gêneros alimentícios. O conselheiro disse que até queria deixar registrado aqui que no dia 11 faltaram inhame e beterraba que estavam no cardápio, mas não foram oferecidos aos alunos. No dia 12 de setembro faltaram hortelã, tomate, pimentão e couve flor que também estavam no cardápio e não foram passados para os alunos porque na escola não chegou. Samuel seguiu dizendo que o dia 13 de setembro tinha suco de morango no cardápio, mas não chegou o



morango e que vagem e espinafre, do cardápio, também faltaram. Que no dia 14 de setembro faltaram brócolis e repolho roxo, que estavam no cardápio fake e não estavam lá na escola para os alunos. Disse que no dia 15 de setembro faltaram pimentão, couve flor e abóbora que estavam no cardápio, mas não tinha na escola para oferecer para os alunos. O conselheiro seguiu afirmando que então o cardápio fake existe sim, disse que na semana seguinte eles reformularam o cardápio, de certa forma retirando os itens da Agricultura Familiar, afirmou que é obrigatório por Lei, o mesmo reforçou que o governo tem que repassar, no mínimo, 30 por cento do que recebe do FNDE para a compra de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e que isso não está sendo feito a mais de um mês, e perguntou até quando que vai ficar. Aqui, a conselheira Karla pondera que no Distrito Federal 30 por cento do que for comprado da Agricultura Familiar pode ser pago com a Fonte 100 e que então são quase sessenta milhões ao se falar 30 de um lado e 30 do outro. O conselheiro Samuel confirma e diz que então não tem como o governo achar que está tudo normal, mas aí as denúncias são feitas e membros do governo vão lá e dizem que está tudo normal e não está. Samuel afirma está faltando alimentos. Pergunta: “Como não está faltando se estavam no cardápio e não foram oferecidos aos alunos”? “Como não está faltando alimentos se a Agricultura Familiar não está entregando”? O conselheiro disse que parece que a última entrega foi feita no dia 21 de agosto. Seguiu dizendo que há irregularidades e que elas precisam realmente ser denunciadas e isso em todas as escolas já está a mais de 30 dias. O conselheiro seguiu mencionando a visita que ele realizou na EC 59 da Ceilândia que tem esses mesmos problemas da falta de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar, verduras e legumes, e mais. Disse que lá ele encontrou um local totalmente insalubre. Relatou que a EC 59 de Ceilândia foi desativada no final de 2017 para a reconstrução e que os alunos foram transferidos para um espaço atrás do CEM 04 de Ceilândia até que a escola fosse reconstruída, o que seria num prazo máximo de dois anos e em janeiro já vai fazer seis anos que os alunos estão lá nesse espaço provisório. Disse que entrou no depósito e ficou horrorizado, ele disponibilizou fotos e vídeos, e disse que inclusive saiu na mídia, no Metrôpoles e que o mesmo ainda deu entrevista para a Band para falar justamente desses problemas porque precisa ser denunciado. Seguiu relatando que as paredes da escola estão completamente velhas e enferrujadas, que são estreitas e o alimento vai ficar encostado na parede, disse que a prateleira fica encostada na parede e de tão estreita se ficar afastada o alimento vai cair. As paredes estão sem revestimento e paredes velhas, descascando, com sinais de mofo, sem ralo, um freezer apenas para compartilhar carne, frango, “uma situação de dar dó para esse tanto de dinheiro que tem”, palavras do conselheiro. Prosseguiu relatando que então foi para a cozinha, e que era a mesma situação, disse que é vergonhoso, um local insalubre com parte das paredes também sem revestimento, fiações expostas nas paredes e teto, buracos nas paredes que podem servir de ninho para roedores, baratas, enfim. As tubulações de água expostas também, e o mais grave, que corre perigo tanto as merendeiras quanto os alunos e professores, todos ali na escola, um fogão industrial com um botijão de gás colado no fogão e mais três botijões reservas a poucos metros do fogão industrial. “Gente isso é uma bomba relógio, é uma tragédia anunciada”, disse ele e perguntou: “O governo faz as fiscalizações aí na cidade, derrubando imóvel, não liberando alvará, e não está olhando pra dentro de casa não?” “Será que foi liberada aquela cozinha do jeito que está lá? Será que o corpo de bombeiros foi lá pra liberar?” O conselheiro Samuel seguiu dizendo que é leigo no assunto, mas se ele fosse lá, como foi ele não aprova e não deixaria funcionar daquela maneira e o governo está deixando. Disse que aquela cozinha deveria ser interditada imediatamente e que todos ali correm risco de vida e essa denúncia precisa ser feita. Para finalizar o conselheiro Samuel relatou que hoje esteve no CEF 20 de Ceilândia, uma escola onde os alunos passam em tempo integral, são dez horas dentro da escola e infelizmente as refeições sem verduras e sem legumes fica enjoativa. Samuel disse que conversou com vários alunos e viu que eles sentem falta porque antes tinha tomate, pimentão, repolho, tinha uma verdura e que faz diferença totalmente para esses alunos que fazem quatro refeições durante o dia, passam o dia na escola. Relatou também que lá tem aluno com intolerância a lactose, que tem um cardápio especial para ele, mas a SEEDF não libera um leite especial, então não tem o leite especial para esse aluno. Ele se pergunta “por que não comprar se verba tem”. Concluiu agradecendo e afirmando acreditar que a reclamação da falta de alimentos é

geral, até porque não está sendo entregue, porque os contratos, por falta de gestão, atrasaram o processo licitatório, mas não podem ficar dessa forma. E então encerrou dizendo para transformar essa ata em ofício para denunciar aos órgãos competentes. Nesse momento o Presidente Paulo Roberto passa a palavra para o conselheiro Ivan Engler que inicia dizendo que os agricultores também estão sentindo na pele, que não são só os alunos. Disse que agora é Lei e que os alunos aprenderam a comer verduras na escola. Falou que acompanhando as entregas nas escolas viu que, para muitas crianças, o primeiro contato com frutas e verduras foi na escola, elas só ouviam falar. Disse que quando vão na casa dessas crianças mais carentes é o arroz com feijão e que, quando com sorte, a tal da mistura junto, e então, verdura e frutas é coisa de outro lugar, e que os alunos aprenderam a consumir na escola. Afirmou que os alimentos estavam vindo muito bonitos. Mencionou que se os conselheiros pegarem as gravações das reuniões passadas vão ver que desde junho ele já vinha denunciando, dizendo que não ia ter continuidade na alimentação escolar com frutas e verduras. Disse que em julho, ele estava falando de novo. Porque? Pela desorganização da SEEDF. O conselheiro disse que em março já estava em reunião com a SEEDF para organizar o próximo edital, que os Agricultores ficaram até animados achando que nesse ano não ficariam correndo em cima da hora, mas que “sentaram em cima”, que a Agricultura Familiar só é usada como bandeira, mas que não põem no coração, não usam pra funcionar mesmo, só pra dizer que compraram da Agricultura Familiar e que está aqui, palavras do conselheiro. O mesmo ainda afirmou que se comprassem mesmo, se quisessem comprar, ao acabar um edital já estariam trabalhando para o próximo, pra não dar falta. Que pode terminar dois, três meses antes do edital do outro terminar, porque já sabem que tal dia vão assinar e assim, acabou esse já estariam dando emenda no outro. Afirmou que todo ano foi um sacrifício, ficava duas semanas sem, alguma coisa assim, só que nesse ano eles viram que o prejuízo seria enorme, que a distância é muito grande entre um edital e outro e que já estão há um mês sem fornecer e que os alunos estão sem comer verduras e que ainda ficarão por pelo menos um mês pela frente. Afirmou que a Juliene (DIAE) apareceu na televisão dizendo que em uma semana e meia os contratos já estariam assinados, mas que isso é fake também porque isso não existe. Disse que quando está tudo ok, tudo ótimo, cem por cento a SEEDF leva um mês para fazer esse contrato. Ivan disse que nesse ano, além da greve anunciada dos servidores, no dia em que ela foi dar a entrevista ela sabia da greve e que na próxima semana ela vai de novo na mídia dizer que por causa da greve não aconteceu. Ivan então reforçou que não, que ela já sabia da greve quando deu a entrevista e que no ano que está tudo cem por cento a SEEDF leva um mês para fazer o contrato e que mesmo assim, quando chega na semana eles não têm PDGP, que é o PDGP que diz o quê eles vão entregar na próxima semana, aí na sexta-feira a tarde eles mandam o PDGP para entregar na segunda. O conselheiro então explica que o certo é dizer ao agricultor que não colha na quarta-feira pra sexta porque é pra deixar para o fim de semana para colher e entregar na segunda. Disse que eles sempre passaram sacrifício, sempre pagaram a conta, que a Agricultura Familiar sempre pagou a conta porque além de tudo que eles podem ver, há denúncias de preço, que é o preço mais barato do Brasil o das verduras do Distrito Federal, mesmo eles tendo um custo mais alto é sempre o preço mais baixo e que ele mesmo sempre denuncia que não sabe de onde eles (SEEDF) tiram essas cotações. E reforçou que pelo menos por um mês eles não terão contrato porque até agora ele não viu a SEEDF pedir documentos, que ninguém da SEEDF pediu documento para nenhuma cooperativa, nenhum documento. O conselheiro segue explicando que a primeira parte quando acaba um edital é pedir a documentação, as certidões para elaborar o processo para a assinatura dos contratos e, até então não tem nada, nem pediram documentos. Afirmou que “está feio”, que tem mais um mês pela frente, que castigou os alunos, castigou os produtores que fazem um planejamento, ressaltou como exemplo a cenoura que leva quatro meses pra colher, que então tudo já foi plantado. Disse que recebe todo dia vídeo de produtor mostrando o que já foi plantado para entregar para as escolas, porque se eles não tiverem plantado e não tiverem o produto no dia que pedirem, eles são notificados e podem pagar multa e tudo, então os produtores plantaram e hoje estão sem lugar para entregarem porque plantaram com o compromisso de fornecer para a alimentação escolar. O conselheiro ponderou que eles têm financiamentos, têm dívidas para pagarem e agora não têm esse mercado que já era planejado. Nesse momento a conselheira Karla pergunta

quanto tempo a SEEDF leva para pagar à cooperativa, quanto tempo é depois que assina o contrato? Sessenta dias? Depois que entrega quanto tempo ela leva pra pagar? Então o conselheiro Ivan explica que a Agricultura Familiar é uma das mais castigadas. Informou que agora começaram a entregar arroz, feijão, flocão, essas coisas no depósito central. Disse que isso é uma maravilha porque entregam num lugar só, emitem a Nota e eles já mandam para o pagamento, e essa estará paga em no máximo trinta dias. Porém, ele ressaltou que essa é apenas uma cooperativa, que é a central que tem esse contrato, que as outras vinte e quatro que são associações e cooperativas que entregam horti-fruti precisam entregar em todas as escolas, tem que pegar os recibos assinados em todas as escolas, nesse momento a conexão do conselheiro Ivan foi encerrada. Então a conselheira Karla prosseguiu dizendo que depois eles entregam os recibos a regional que entrega para a SEEDF e a Secretaria encaminha para o pagamento. Ela ressaltou que é importante assistir o depoimento do conselheiro Ivan porque ele está na ponta vivendo isso. A conselheira disse que teve a oportunidade de visitar outros fornecedores também e que ouve a mesma coisa que está ouvindo do Ivan. Nesse momento o Presidente Paulo pede a palavra e conta que no período da greve, dos professores, esteve visitando a antiga Diretora da Alimentação e Escolar e que ela garantiu que não ia faltar alimentos nas escolas. Mas, depois que ela falou, na semana seguinte começou a faltar alimentos. Paulo ressaltou que estão desde essa greve passando esse problema da falta de alimentos e que pelo jeito ainda vai ficar um bom tempo porque o processo licitatório é lento, sabem das burocracias todas e que ela não vai conseguir colocar esses alimentos todos nas escolas. A conselheira Karla afirma ser inútil colocar a culpa nos grevistas, porque não são os grevistas que fazem esse trabalho de gestão. Citou: assinatura de contrato, verificação de material, de documentação, etc. A mesma disse achar que não precisa colocar a culpa nos grevistas pra dizer que está atrasado porque na verdade eles só trabalham atrasados. Ela indaga: “Para onde vai o dinheiro que é destinado à Agricultura Familiar que não é utilizado?” A Fonte 100 que eles utilizam, Karla explica que tem a Fonte 100 e uma Lei Distrital que diz que é para pagar 30% da Agricultura Familiar e a conselheira Karla afirma que ela está sendo utilizada também para pagar frango, para pagar carne moída. Então ela pergunta: “Qual a intenção do GDF utilizando a Fonte 100 para pagar isso”? “É para fazer um histórico”? Então a mesma afirma que na verdade não compraram da Agricultura Familiar, mas estão pagando outras coisas, outras despesas de gêneros com a alimentação escolar. A conselheira afirma ao Presidente Paulo que “alguma coisa está errada” e que ela acha que os conselheiros têm que colocar olho nisso aí. Paulo passa a palavra para a conselheira Lucelita que inicia dizendo que eles estão com problemas e que ela só quer ver se entendeu, e segue afirmando que estão com grandes problemas porque, até onde ela acha, a RT do Programa não pode deixar os estudantes a mais de um mês sem o fornecimento das verduras e legumes, “a RT do Programa, que é a Juliene, ela tem que por obrigação, por Lei, a exigência do FNDE é que tenha essa entrega semanal, isso é uma exigência e ela sabe dessa exigência do FNDE”. “Engraçado que sabem de tudo isso e não fazem e isso é muito louco”, palavras da conselheira, que resalta que essa entrega semanal tem que ter o mínimo de quantidade de frutas e de verduras para as crianças. Disse: “Aí ela foi à mídia falar que não estava faltando, falando que as batatas estariam substituindo as verduras e legumes, e então a conselheira pergunta: “está subjulgando a nossa capacidade de conselheiros porque a gente sabe que a batata pode no mínimo substituir o arroz e não as frutas e os legumes”. “E ainda coloca a culpa na gestão das escolas pela falta de produtos”. Afirma que a RT do Programa, a função dela, é fazer cumprir a legislação do FNDE, como disse o conselheiro Samuel, o conselheiro Ivan, “e não a de omitir os acontecimentos para proteger o antifederativo, que no caso é o GDF” e que então, a mesma concorda com o conselheiro Samuel de que desta reunião, da ata, se faça um Ofício e dispare para o maior número de órgãos de competência para ver se mudam essa realidade. Afirmou que até onde ela sabe e o conselheiro Ivan acabou de afirmar é que vai passar mais um mês sem verduras nas escolas e que isso é “uma vergonha” e então a conselheira indagou: “Para onde vai esse dinheiro se não é para fazer isso, e se é pra isso porque está fazendo aquilo”? Palavras da conselheira Lucelita. A mesma finalizou reforçando que se deve fazer dessa ata uma denúncia e encaminhar para o FNDE, Tribunal de Contas, Procurador, Câmara Legislativa, aos deputados que estão ajudando e apoiando o CAE e para todos os órgãos de competência para mudar

“essa realidade vergonhosa”. Com a palavra, o Presidente Paulo Roberto passou ao **Item 3 – Falta de alimentos da Agricultura Familiar** – iniciou ressaltando que isso já foi bem debatido nesta reunião e que ele entende que já se esgotou e em seguida passou ao **item 4 – Recebimento de Denúncias**: informou que o CAE tem recebido muitas denúncias e que quase 100% delas é por falta de alimentos e também da carne moída que tem muita gordura, o Presidente ressaltou que então tem algum problema aí, concluiu dizendo que o item 4 sobre as denúncias já tinha sido concluído que está mesmo faltando os alimentos. O Presidente então iniciou o relato sobre o Teste dentro e fora da carne moída. Informou que a SEEDF recebeu um Ofício da PROEDUC solicitando que fosse realizado um novo teste da carne moída e também o teste dentro e fora e um teste no laboratório LACEN para confirmar se a carne está boa para o consumo. Paulo lembrou que no início do ano havia sido feito um teste onde a empresa apresentou uma carne muito boa e que posteriormente realizaram um teste no laboratório e a carne apresentou salmonela, então suspenderam, recolheram os produtos. A empresa foi em Fortaleza e tirou um novo laudo que deu que a carne não tinha contaminação e estava pronta para o consumo. Então a SEEDF veio em agosto e disse que a carne estaria novamente sendo entregue nas escolas. Então, o Presidente Paulo informou que o CAE sabendo dessas informações, fez uma denúncia para a PROEDUC relatando esse fato e que queria entender porque o teste aqui em Brasília deu salmonela e a empresa foi buscar este teste lá fora e a SEEDF aceitou e começou a distribuir essa carne para as escolas. Então a PROEDUC solicitou que a SEEDF fizesse novo teste e também o laudo no LACEN/DF. O Presidente salientou que no dia 25/09/23 ela e a conselheira Maria Cristina participaram desse teste, disse ter perguntando para as pessoas que participariam desse teste se carne que estava sendo utilizada para esse teste seria a carne que estaria no depósito da escola e que informaram que sim. O Presidente Paulo informou que a carne estava boa e que após frita também estava muito boa, disse não ter sido possível verificar a questão da gordura porque fritaram na própria carne e que era uma pouca quantidade para dez pessoas. Paulo afirmou que neste teste a carne estava boa para o consumo e que inclusive as notas deram 80% de aprovação para a carne crua e noventa por cento para a carne frita, preparada. Nesse momento a conselheira Karla perguntou ao Presidente se nesse teste foi apresentado algum laudo da vigilância sanitária do local de onde sai essa carne, lá no Ceará, em Calcáia. O Presidente prontamente respondeu que não. Então a conselheira Karla prosseguiu dizendo que é isso que não dá para entender, disse que “a carne moída que você pega vai fazer um teste ali com as pessoas, presencial, é uma carne moída, a carne moída que está lá em Calcáia no Ceará”... Karla explicou que nesse contrato têm duas coisas que o Presidente sabe e que é só pegar o laudo de salmonela que ele vai ver que a empresa que administra a ata de registro de preço da carne moída é a Aguiar e que a empresa que a Aguiar pega a carne é outra, é a Icané que fica em Calcáia também lá no Ceará. Então, o que tem que ser apresentado é um teste da vigilância sanitária inspecionando o local de onde sai esta carne. A conselheira disse que fazer teste de aceitabilidade, é como entregar uma passagem para a pessoa ir para a Itália quando ela quer ir para os EUA, duas coisas completamente diferentes. O Presidente Paulo nesse momento disse concordar e que ela está coberta de razão e que era isso que deveria ser feito, mas que eles não apresentaram nada e que segundo as notas ali, o teste, a carne foi aprovada e que daí pra frente vão fazer o teste da salmonela. O mesmo ressaltou que a conselheira Karla estava coberta de razão porque precisam saber de onde essa carne é produzida, onde é armazenada e como é que ela vem porque são dois mil quilômetros de Fortaleza para Brasília. O Presidente indagou: “E aqui em Brasília, ela vai para onde”? A conselheira Karla então disse que isso ainda não sabem porque a Aguiar e a Icané não têm uma base divulgada publicamente aqui em Brasília, e que não se sabe aonde essas empresas armazenam essa carne aqui em Brasília, que vem para cá congelada. Paulo pondera que isso era informação que a SEEDF deveria ter em mãos, mas que ele não sabe por que não tem. A conselheira Lucelita então pergunta o quê eles, conselheiros, em conjunto com os órgãos de competência, Tribunal de Contas, o FNDE, a Câmara Legislativa, podem fazer com base no que a conselheira Karla falou. A mesma disse que “está bem claro que tem alguma coisa muito estranha acontecendo”. Reforçou que, de fato, nada é cumprido, que a legislação não é cumprida, e que aí vão lá e falam que está tudo bem, o que é mentira. Disse que aí ela chegou ontem na escola e a diretora

já veio falar que “você estão colocando a culpa nos gestores” e que jamais o CAE colocaria a culpa no gestor. A mesma disse que então não sabe o que eles podem fazer diante dessa realidade porque denunciar eles denunciam aos órgãos de competência. Disse que quanto à salmonela é preciso pedir um Ofício para esclarecer isso porque senão fica elas por elas, vão deixando e nunca vão mudar essa realidade. A conselheira Karla então pondera que não adianta perguntar para a SEEDF porque ela vai dizer a mesma coisa, que está tudo certo, tudo ok e que então o que eles precisam fazer é como o conselheiro Samuel falou. Devem divulgar essa ata de hoje e vão mandar para os órgãos competentes e pedir que eles verifiquem isso. O Presidente comenta que também não sabem se o Ministério Público, a PROEDUC, está fazendo essa investigação por fora, disse para aguardarem, então a conselheira Karla disse que sim, não sabem, mas que o CAE precisa provocar e que ela já ouviu e já percebeu que eles querem ouvir algo palpável, querem denúncia. Ressaltou que mais do que o CAE está denunciando, mais do que tem de material das denúncias que receberam no último mês, ponderou que ela gosta de frisar a questão da pergunta que está no questionário de fiscalização e que as pessoas entendem como ok, mas não. Ponderou que ao perguntarem se faltou algum gênero eles dizem que não. Porém, que se é feita a mesma pergunta de outra forma, perguntando se tem cumprido o cardápio integralmente, aí eles falam que realmente falta manteiga, falta queijo, etc. A conselheira Karla disse que foi por isso que fez questão de explicar para a conselheira Ana, esse panorama, esse cenário do que tem que ter em mente quando vai visitar uma escola. Ressaltou também que parece que as pessoas que estão nas escolas estão lá sem entender que existe um guia alimentar que fala da quantidade nutricional de cada dia e que a SEEDF tem que oferecer para cada aluno, mas que quando falta beterraba, salsinha, hortelã e etc, como tem abacaxi e flocão e o arroz e feijão, tá tudo certo, não faltou gênero, não faltou a alimentação. A conselheira finalizou dizendo que não dá para entender. O Presidente Paulo completou dizendo que era verdade, que eles entendem que as crianças receberam a alimentação, mas não sabe qual foi, se alimentou, mas se foi na quantidade certa ou não, tudo bem. O Presidente reforçou que eles precisam focar muito nessa questão que a conselheira Karla falou e que isso é muito importante. O Presidente Paulo Roberto iniciou aqui o último tópico da pauta: **Reuniões presenciais ou online** – o mesmo mencionou ter conversado com alguns conselheiros que têm reclamado das reuniões serem somente online. Então ele propôs que se faça uma reunião virtual e uma presencial até que consigam voltar como era antes, somente presencial. Nesse momento a conselheira Karla pondera que assim a reunião não ficará gravada, que a secretaria executiva do CAE teria que se desdobrar para fazer uma ata, que vai ter que ter um computador na hora para as servidoras fazerem essa ata e não faltar nada, disse que o fato de ficar gravada por um tempo é interessante, é importante e disse que na virtual todo mundo tem a oportunidade de falar, mas que fica a critério dos demais conselheiros, como quiserem, mas ela disse achar que a participação é maior quando é online e se quiserem fazer presencial vai acontecer como já aconteceu, aparecerá três pessoas. Então reforçou que quanto a visitar e a participar das reuniões fica a cargo de como o Presidente Paulo quiser conduzir essa questão. O Presidente então explicou que é por isso que estava trazendo o problema, para que juntos cheguem a um denominador comum. Porque o que está chegando é isso, que estão fazendo as reuniões online e os conselheiros não estão interagindo, não estão se conhecendo, como tem conselheiros novos que eles não conhecem e que estão achando que devem fazer presenciais as reuniões. Ele disse que sabem da questão logística, da questão de sala, de se gravar, a questão de ata, ponderou que é bom que estejam juntos, mas que têm essas questões e que por isso ele resolveu levar essa questão para que juntos possam amenizar. O Presidente passou a palavra para o conselheiro Samuel, o mesmo disse concordar com a Karla e que pelo menos nesse momento para finalizar o ano, até passar esse momento turbulento era importante que as reuniões estivessem bem gravadas e que as reuniões fossem feitas assim e com a participação de mais conselheiros. Disse que aí, mais no fim do ano eles viam se fazem pelo menos de forma intercalada. Samuel reforçou que pelo menos até o fim do ano devem fazer de forma online e que não estão tendo prejuízo algum, pelo contrário, tá tendo mais participações. A conselheira Karla concordou e citou que hoje mesmo tem dois conselheiros que não participaram, citou a presença do conselheiro Moacyr, que não é constante, mas que os conselheiros Roberto e a conselheira Cris Guedes estavam ausentes.

Karla prosseguiu perguntando ao Presidente se para ele estava confortável a forma online e afirmou que para ela sim, ela não se incomoda de fornecer as gravações porque ela paga Google Meet e que então ela está lá. Comentou que talvez em dezembro e janeiro não esteja, mas que em fevereiro retorna e então ela não entende para que se trocar a forma online, que está dando certo para passar para a presencial. Disse que se as pessoas estão querendo conhecer os conselheiros que façam parte da comissão, converse com o conselheiro que conheça e diga que quer fazer uma reunião. Falou para fazerem uma reunião como já fizeram inúmeras, na feira, no Conjunto Nacional, em outros lugares. Samuel sugeriu marcar uma visita coletiva. Karla prosseguiu dizendo que sempre faz as visitas com outro conselheiro e outra conselheira, sugeriu montar um grupo. Disse que gosta sempre de levantar esse questionamento de que que tem alguma coisa estranha por trás do que ela está vendo, dessa coisa de dizer que tem que fazer presencial. Karla reforçou dizendo que todo mundo reclama de ter que usar o táxiGov e quer fazer a reunião presencial dizendo que está querendo conhecer conselheiro? A conselheira Karla comentou que depois que mataram um professor numa escola lá na Asa Sul ela fica um pouco preocupada com algumas coisas, fica querendo saber. Nesse momento ela indaga: Afinal quem levantou isso de fazer reunião presencial? Afirmou já ter ouvido a Cristina Guedes falar sobre isso porque ela não gosta do online, mas que essa é uma questão. Mas o fato de se fazer presencial porque os conselheiros estão querendo se conhecer mais... Ela disse achar que tem tantas oportunidades de se conhecerem e que se quiserem se encontra é só marcar, é só falar com o Presidente e o Presidente organiza uma forma de todo mundo se verem. Nesse instante a palavra foi passada à conselheira Lucelita que afirmou concordar com a fala do conselheiro Samuel porque agora estão vivendo uma fase bem complicada e se ficar gravado eles têm como comprovar. Disse que na atual conjuntura a SEEDF diz que o CAE está fazendo denúncias mentirosas. Lucelita afirmou que realmente, nessa fase reta final, podem fazer intercaladas. A mesma mencionou que antes do Covid as reuniões eram presenciais e que a sala ficava lotada, que sempre iam todos os conselheiros e que então, veio o Covid 19 e eles começaram a fazer online e estão até hoje online. Citou o exemplo vivo de que hoje, que se fosse presencial ela não poderia participar dessa reunião. Que graças a essa forma online ela pôde participar da reunião. Ressaltou que em dezembro e em janeiro a Karla não estará e que é ela que paga o Google Meet e que é ela que os proporciona essa reunião online, porque se não fosse ela, fosse a SEEDF, eles estavam fazendo presencial, dando o jeito deles, tirando do bolso como faziam antes ou teriam problemas com o táxiGov como era antes. A conselheira Lucelita disse que tem que deixar bem claro para os conselheiros como era antes e que a SEEDF não os dará estrutura quando a conselheira Karla não puder, reforçou que isso tem que ficar bem claro para os conselheiros, que a Karla tira do bolso, que isso é voluntário dela para o CAE/DF, para os conselheiros estarem participando. Então a conselheira perguntou como vão fazer em dezembro e em janeiro porque a conselheira Karla não estará, ressaltou que ela não poderá sair do momento dela para fazer as coisas para os conselheiros, que eles precisam respeitar. Disse que então eles têm as questões: “A da situação que estão vivendo agora em que precisam de provas e ela está com o conselheiro Samuel, pode-se fazer intercalada”. “Precisam discutir formas de como vão fazer as reuniões online quando a conselheira Karla não puder mais os bancar com essa reunião online, que era um dever da SEEDF e que foi negado porque a SEEDF disse que o Covid acabou e que eles deveriam voltar a fazer presencial e se virassem com o que tinham”. Afirmou que então precisam deixar bem claro as questões que estão em jogo. Com a palavra o vice-presidente Kleber iniciou dizendo que estava acompanhando todas as falas e que percebe que as reclamações são as mesmas, que continua tudo do mesmo jeito e que vê que a SEEDF não tem se importado. Então pontuou as observações que ele havia feito como, por exemplo, perguntou qual foi a porcentagem de aumento das reclamações nos últimos dois meses e pediu que a Cleide ou a Karla fizesse esse levantamento em porcentagem, partindo daquela que foi à mídia. Kleber ponderou então sobre as reuniões e a fala de cada um. Disse que sabe que as reuniões têm pensamentos, tem colocações e que ele acha muito válido, mas que gostaria de pedir que esperem no momento de fala de cada conselheiro, porque quando interrompem a fala atrapalha na questão do raciocínio e que ele vê isso constantemente. Disse que eles têm que ser o mais breve possível e respeitar a fala de cada um. Solicitou para

começarem a organizar as suas falas e que a partir do momento que um está falando, a pessoa levanta a mão e aguarda, não interrompa. Kleber seguiu perguntando ao Presidente Paulo sobre o teste da carne, ressaltou que no início do ano estiveram lá provaram a carne e a carne era uma, bonita crua e pronta, e que quem se lembra das fiscalizações viu que a carne não era igual não. Disse não saber se a carne já estava sendo distribuída, mas que eles precisam observar isso. Então nesse momento a conselheira Karla fala que, por exemplo, sobre oito em cada dez escolas não cumprirem o cardápio foi ela que levantou, ela que falou disso. Então disse que quando eles chegam nas escolas e perguntam ao merendeiro como ele prepara a carne ele diz que ferve. Aí ela pergunta: E porque você ferve? Ele responde: porque ela tem gordura. Karla diz que então se pergunta o que ela vai fazer em teste de aceitabilidade e que falou isso ao Presidente. Kleber seguiu dizendo que é isso. No teste de aceitabilidade a carne é uma e que a da escola que o merendeiro ferve, tem um motivo, a carne tem gordura, porque o excesso de gordura vai atrapalhar na alimentação do aluno. A conselheira Karla acrescentou que quando se ferve a carne a 90º a salmonela morre e é uma segurança o que estão fazendo e o Kleber completou dizendo que tanto ferver quanto fritar a carne, a temperatura, mata a salmonela. A conselheira Karla seguiu dizendo que é importante que os conselheiros que ainda não foram visitar escolas e fiscalizar saibam que tem que ter atenção a essas coisas, para que daqui a pouco não estejam como os gestores das escolas, repetindo que o CAE está “incriminando os gestores” e não é isso, não se trata disso. Com a palavra novamente o vice-presidente Kleber, mencionou ao Presidente Paulo, que eles precisam verificar a questão dos Ofícios enviados para a SEEDF que não são respondidos. O mesmo frisou que só nesse ano já eram 112 Ofícios e que desses talvez não chegue a cinquenta por cento com respostas evidentes da SEEDF. Ressaltou não ter lógica numa Secretaria desse tamanho as respostas serem evasivas como são, os Ofícios tramitam entre os setores e ninguém resolve. Ponderou que aí depois que acontecem as coisas a SEEDF quer colocar a culpa nos gestores escolares. Que aí quando O CAE começa a cobrar dizem que é porque o CAE está contra a SEEDF. Reforçou dando o exemplo da Agricultura Familiar que, há várias reuniões vem sendo assunto de pauta. O vice-presidente disse não ver lógica, que é falta de organização, falta de gestão, incompetência, da SEEDF quando ele ver que ela faz licitação de seis meses, quando deveria fazer um ano completo, e que depois levam dois meses para fazer o novo processo, disse que isso é uma coisa tão sem lógica da SEEDF que precisa ser levada à público. A conselheira Karla então afirmou que a SEEDF é capaz de comprar, com ata de registro de preço, a carne da qual falavam agora, mas que daí ela faz compra avulsa com a Agricultura Familiar e isso não tem lógica. Finalizando o vice-presidente perguntou ao Presidente Paulo se já havia resposta sobre ser feita a análise da carne pelo LACEN e solicitou à secretara executiva do CAE para que reiterasse ou fizessem um novo pedido para a SEEDF solicitando que seja feita essa análise urgentemente e com a indicação exclusiva do LACEN. Disse que precisam ter esse laudo urgente, agora, a conselheira Karla interrompe e afirma achar que achar que o laudo deve ser feito no local de onde sai a carne, Kleber concordou dizendo que esse seja encaminhado ao LACEN. Kleber reforçou que no transporte desse que sai do Ceará, mas deve ter um local aqui, onde ele é entregue, e que nessa locomoção se não estiver bem refrigerada, num carro limpo, isso tudo pode também resultar em contaminação. Então ele acha que o mais adequado é, pela sua experiência de 15 anos na UNB onde fazia análise de alimentos, via que nesse transporte do alimento da Central para outros locais era onde acontecia mais contaminação por bactérias. Então ele acha que devem verificar se tem uma base da Aguiar aqui em Brasília, se não tiver, deve e solicitar a análise dessa carne com amostras do depósito de lá e da carne quando chega aqui com amostras aleatórias. Pega a amostra numa escola juntamente com o técnico do LACEN e solicita essa análise. Então Kleber finalizou solicitando ao Presidente que faça esse pedido, esse Ofício e encaminhe para as empresas e para a SEEDF. Com a palavra o Presidente Paulo explicou ao vice-presidente Kleber que em relação à análise da carne, quando ele esteve na escola para a realização do teste, ele foi à cozinha escolar para ver e nesse dia elas estavam também preparando a carne moída. Paulo disse que perguntou à merendeira se a carne tinha gordura e ela respondeu que tinha. Relatou que nesse dia ela estava fazendo a carne com batatas e que a merendeira disse que quando prepara só a carne ela precisa retirar o excesso de gordura e que é muita gordura que ela tem que tirar. Mas que quando ela

prepara com a batata, ela absorve um pouco da gordura, e ela mostrou ao Presidente que é pouca gordura que tem porque foi preparada com a batata. Porém, ao perguntar a dois alunos reclamaram e disseram que era sim gordurosa e o Presidente viu que, de fato, o prato fica molhado de gordura, disse ter as fotos e que enviarem aos demais. O Presidente disse ainda que tem alguma coisa errada nessa questão da carne e que antes era com a almôndega e agora é com a carne moída. Paulo explicou que a PROEDUC solicitou o teste dentro e fora e também o laudo do LACEN e que então não precisa encaminhar Ofício pedindo o laudo porque eles já vão ter que fazer por solicitação da PROEDUC esse teste no LACEN e durante o teste dentro e fora ele foi informado de que logo após eles buscariam esse teste junto ao LACEN. A conselheira Karla nesse instante, dirigindo-se ao Kleber, disse que o CAE está mais ativo agora em relação às idas às escolas. Que são mais pessoas indo numa escola ou outra e que eles divulgam os contatos do CAE e que as pessoas que os recebem nas escolas dizem que não sabiam e anotam. Disse que então, por mais que tenha tido, no passado, o esforço de entregar nas regionais os cartazes do CAE, raramente eles encontram um nas escolas. A conselheira menciona que não só agora, por causa da falta dos gêneros da agricultura familiar, mas que as pessoas têm feito mais denúncias. Disse achar que o CAE está indo com várias pessoas a várias escolas e aí as pessoas estão se dando conta de que podem denunciar para o CAE, e as pessoas estão entendendo inclusive que a SEEDF manda o cardápio, muitas vezes ele é divulgado por whatsapp para os pais. Então a conselheira prosseguiu explicando que quando tem a matrícula do aluno no início do ano a escola sabe, a regional sabe e eles calculam a quantidade de toneladas que eles vão comprar de gêneros. Eles já sabem quem são inclusive porque se repete as caras dos fornecedores são as mesmas, aqui ou ali tem um diferente, mas são os mesmos fornecedores. A conselheira informou que por isso, propôs ao conselheiro Ivan que pesquisasse e também propusesse que ele fizesse uma Ata de registro de preço da Agricultura Familiar. Mencionou que em São Paulo a alimentação escolar é atendida pela Agricultura Familiar, mas é por Ata. Pontuou que com a Ata você tem doze meses para você cumprir e, enquanto agricultor familiar você sabe o que vai plantar porque vai ter para quem entregar. Ressaltou que os 29 agricultores familiares que o Ivan citou são os mesmos, então não se fazer essa programação para comprar, pra entregar, pra vender etc, então ela não consegue entender o que é que está errado e a mesma disse ver só um erro o de que as pessoas envolvidas nesse processo todo ou elas não se conversam, ou não conseguem encontrar uma maneira de atender a alimentação nas escolas de forma completa, como reza o cardápio que é entregue religiosamente para as escolas e para o CAE. Com a palavra o Presidente Paulo explicou que em relação aos cartazes, ele havia solicitado à secretária executiva que providenciasse a distribuição dos que tem no CAE, mas que estava havendo problemas de logística e que não teve como entregar e o mesmo solicitou novamente que a secretaria providencie essa entrega. Informou ainda que pensou em mandar fazer um folder pequeno, pode ser replica do cartaz, para distribuir para os alunos. Ele acha que devem fazer uma campanha para entregar direto nas mãos dos alunos, que isso seria mais eficiente, Paulo ressaltou que a própria SEEDF enviou um SEI perguntando o que precisavam e que a secretaria executiva do CAE vai solicitar. A conselheira Karla mencionou que os cartazes os conselheiros podem levar quando forem fazer as visitas nas escolas e ponderou que no site da SEEDF consta o censo de 2022 que diz que são 881 escolas e que isso é importante de se avaliar. Com a palavra a secretária executiva ressaltou que quando a Stela foi chefe da DIAE ela esteve em todas as regionais e entregou os cartazes do CAE em todas elas. Nesse momento a conselheira Karla disse que é um bom argumento para quando o gestor disser que o CAE está culpando os gestores, os conselheiros responderem que ele colocar o cartaz do CAE na sua escola, bem visível e ele não vai precisar dizer que o CAE está acusando gestores. A conselheira ressaltou ainda que “o CAE não está acusando ninguém, que o CAE faz um trabalho perfeito de fiscalização, de visitação, e o CAE só constata aquilo que está acontecendo nas escolas”. Com a palavra a conselheira Lucelita reafirmou que a chefe da DIAE tinha levado os cartazes e que inclusive a conselheira pegou alguns também para distribuir. Porém, a mesma disse que na regional do Guará não havia sido entregue porque ela esteve na Regional do Guará, juntamente com a conselheira Cris, ninguém nem sabia da existência do CAE e que o diretor ainda veio revoltado com elas dizendo que no CAE acontece tudo, porém, a conselheira Cris explicou o



trabalho do CAE e, como a conselheira Karla acabou de falar, quando o diretor veio dizendo que o CAE está colocando a culpa nos diretores elas explicaram o trabalho e ressaltaram que juntos podem fazer a diferença. A conselheira ainda informou ao diretor que no site da SEEDF tem o CAE/DF e que ele precisa acessar e ver o trabalho e fazer essa conscientização com os pais. Ela disse que ressaltou que a SEEDF existe por conta dos alunos, que sem os alunos e sem os pais não tem SEEDF. O trabalho dela é desenvolver uma educação de qualidade no nosso país e que o trabalho do CAE é fiscalizar se essas ações da SEEDF estão sendo cumpridas. A conselheira Lucelita informou que eles “tiram do próprio bolso para fazer esse trabalho que é voluntário”. E então a conselheira disse que se ela entregou esses cartazes, ninguém fala dos cartazes. Disse que das escolas que visitou só em uma tinha o cartaz e que então os conselheiros têm que continuar, não rebater, não medir forças e sim porque o CAE é parceiro e precisa do apoio dos gestores para esclarecer os equívocos da SEEDF para os gestores e devem falar sobre a importâncias desse órgão de competência que é o CAE. Disse: “é o mínimo que podem fazer nessa atual conjuntura, entender como joga a SEEDF, qual a próxima jogada dela, e chegar para os gestores e falar: vamos lá, vocês próprios podem conscientizar, o poder maior são vocês, são os clientes, e toda essa equipe existe por conta dos alunos e então juntos podemos fazer a diferença, pode denunciar, pode deixar o telefone do CAE como eu deixo no check list e passar o telefone do CAE para poder ligar e denunciar. A conselheira disse que em relação a essa questão, eles podem fazer um trabalho conjunto com os outros conselheiros sobre falar da importância do CAE porque esse é o único jeito. Porque se forem depender da SEEDF a ajudar a desenvolver o CAE, sempre foi assim, agora só está pior, palavras da conselheira. Com a palavra o Presidente Paulo Roberto passou para os encaminhamentos a serem dados. 1) Transforma essa Ata em Ofício de denúncia e encaminhar para os órgãos de controle. 2) Fazer os folders para entregar nas escolas. 3) Reiterar o Ofício dos alunos com necessidades alimentares especiais incluindo o Termo de Responsabilidade sugerido pela conselheira Ana Paula. 4) Encaminhar a tabela atualizada de todos os Ofícios enviados e recebidos com as respostas na íntegra. 5) Verificar a porcentagem de aumento das denúncias recebidas após a do CEM 02 do Gama. 6) Verificar o acesso dos conselheiros aos dois processos solicitados. A conselheira Karla explicou que quando diz acesso ao processo não a interessa como tem no site, todos os contratos por ano porque daí a eles saberem o que acontece no dia a dia dessa contratação, não se sabe. E que eles sabem que faltam alimentos, faltam gêneros para complementar o cardápio que é enviado pela SEEDF, cardápio que é feito pela DIAE a partir do que a SEEDF está comprando, mas que na realidade no prato das crianças, não é o cardápio do dia que está funcionando. Ela disse que eles fazem as adaptações da forma que conseguem fazer e que então se vai fazer o cuscuz e não tem manteiga eles servem puro mesmo. A conselheira disse ser inútil rebater, reafirmar aqui porque a SEEDF sempre diz que eles podem consultar a DIAE, mas que não é essa a realidade do dia a dia na escola, na cozinha, com o merendeiro, com os alimentos que deveriam estar lá e que “não é poderia, é deveria estar lá”. Então é isso, é essa realidade que eles têm que acompanhar e ela quer ter acesso ao dia a dia do processo da Barbosa, ela quer saber sobre a Nota de Empenho, quer ver isso porque foi assim que eles descobriram o laudo da salmonela da carne moída. Nesse instante o Presidente Paulo disse achar que a SEEDF deve pegar um ou dois conselheiros do CAE e um servidor da SEEDF e levar para se fazer uma visita nesse depósito tanto aqui em Brasília, se houver, quanto lá em Fortaleza, porque ele entende que a SEEDF ao fazer o processo de licitação e ver que essa empresa ganhou alguém da SEEDF foi lá, porque eles não iam comprar as coisas assim aleatoriamente, então ele reforçou que acha que alguém foi lá em Fortaleza e que aqui em Brasília, se houver, foram lá. Então, que a SEEDF faça essa visita em loco com o CAE no depósito e o mesmo propôs que se faça um Ofício com essa solicitação. A conselheira Karla proferiu que todos os fornecedores da SEEDF com relação à alimentação escolar devem ser visitados pelos conselheiros do CAE, o Presidente Paulo concordou e a conselheira disse que isso é interessante porque aí é que se vê como uma empresa que ganha o edital para fazer uma entrega porta a porta, porque eles ficam sabendo porque são fornecedores antigos da SEEDF, ele fica sabendo que é ele que tem que gastar nessa logística. A conselheira ponderou que muitas vezes quando uma empresa ganha um edital da SEEDF ele tem que investir tendo 47 funcionários para administrar só o contrato da SEEDF e é ele que

assume todo esse custo, e sabendo que o edital foi de pregão, foi de menor preço e daquilo que ele vai oferecer e quando ele fechar o contrato é que vai aparecer lá no contrato que a entrega é porta a porta. Aí como ele já está há muito tempo com a SEEDF, a maioria está, tem uns que estão a mais de 07 anos, eles tem que assumir a entrega porta a porta, o carro que vai, o seguro do carro, o motorista, a gasolina e por aí a fora. Isso fora os funcionários administrativos que precisa para administrar esse contrato. Então a conselheira disse que eles têm que acompanhar. Com a palavra o vice-presidente retomou a explicação do por que quer saber sobre a porcentagem do aumento das denúncias e citou a entrevista dada pelo conselheiro Samuel. Kleber disse ser importante para as próximas, que eles informem para as pessoas. Que além de se falar da importância do CAE é necessário se falar da porcentagem efetiva de trabalho do CAE, disse que em qualquer tipo de entrevista isso deve ser falado porque desse quantitativo de visitas, de denúncias, o bom jornalista virá com várias perguntas e, então uma das perguntas que pode acontecer é, são oitocentos e poucas escolas e hoje o CAE fez só 15 por cento, e então perguntar por qual motivo o CAE só fez isso de fiscalizações. Então o conselheiro Kleber ressaltou que aí é o momento do conselheiro explicar que se o CAE fez apenas quinze por cento de fiscalizações nas escolas sendo que elas são oitocentas uma, citou como resposta: porque a SEEDF não fornece um carro para o conselho, o táxiGov tem divergência de legislação e que hoje os conselheiros, mesmo os que são servidores, têm medo de usar. Kleber então resalta o quanto isso vai influenciar, a conselheira Karla concordou e o mesmo seguiu dizendo que tem coisas que tem que saber levar para a mídia, que não é tudo xingando nem falando alto, disse que os dados podem ajudá-los e que então eles têm que ter os dados de quantas são as escolas, de quantas fiscalizações foram feitas, de quantas denúncias e de quantas são respondidas pelo CAE. Reforçou que muitas vezes o CAE não consegue responder as denúncias porque não tem carro para ir e que por que aqui ninguém recebe nada também é um motivo para depor na mídia. Se perguntarem por que não recebem, devem explicar que até hoje estão esperando uma modificação nas leis para que os conselheiros do CAE recebam algum tipo de verba ou algum tipo de auxílio. Disse que isso chegando à mídia aos poucos chega aos deputados e isso pode impactar em políticos, já interessados em lá na frente, e então ajudar a mudar isso. Kleber ainda disse concordar plenamente com o pedido de acesso aos processos, disse que é inadmissível o conselho não ter acesso e então citou o que ele ver: faz-se a licitação, entram as empresas que prometem, elas não demonstram os gêneros, e a SEEDF não quer efetivamente saber como essas empresas vão seguir e ela também não vai atrás. Ele então ponderou que de estado para estado a produção das verduras é diferente e então o conselheiro pergunta como essas empresas vão conseguir manter. E ele resalta que então o que acontece é que as empresas entram no processo, no pregão, questão de menor preço na cotação e ganham, só que depois percebem que não conseguem e aí quando vai fazer entrega para a SEEDF falta. Além de faltar porque ela não tem condições de fornecer, falta porque a SEEDF não cobra Enem tira dessas empresas o poder de fornecer. Ele conclui que então tem coisas obscuras na SEEDF e seus membros juntamente com as empresas. Então o CAE tem sim que ter acesso a todos os processos licitatórios, e aqueles que eles verificarem que têm irregularidades eles vão cobrar da SEEDF e se for fato crime comunicar ao Ministério Público e que é assim que deve acontecer. Com a palavra a conselheira Lucelita disse que a fala do vice-presidente foi de extrema importância porque, de fato, eles “sabem que é tudo no jeitinho”. Mencionou que outra questão que eles têm que deixar bem claro para a SEEDF é que quem está fazendo a caridade e o favor são eles e não o contrário e que então a SEEDF tem que passar todas as informações que o CAE precisa porque passar essas informações é obrigação e os conselheiros nem tinham que ter que cobrar, mas que eles sabem que precisam mandar mil ofícios para terem resultado de dez, ou cinco, se tiver. A conselheira então solicitou que, o Presidente solicite à Secretaria Executiva, que requeira as informações sobre a fábrica dos pães, que ela sabe que fica em Ceilândia, mas que não sabe o endereço, onde fica a fábrica que produz e fornece os pães para a SEEDF e disse que eles precisam acompanhar a questão dos preços e onde tudo acontece são nas licitações e que nesse trâmite eles tinham que incluir os conselheiros, mas eles deixam o CAE. A conselheira solicitou também o levantamento de todos os Ofícios que foram encaminhados aos órgãos de competência e quais desses órgãos que realmente atendeu, e à esse que atendeu, eles devem

continuar mandando e aos que não atenderam, ela afirma, que deve ter alguma coisa de errado ou que devem ter dado algum jeitinho em conjunto, num todo e que eles sabem como tudo acontece. Disse que os Ofícios que foram encaminhados várias vezes para a SEEDF e que não tiveram resposta já tem que encaminhar porque está irregular, tem que dizer que o CAE pediu as informações e não foi atendido. Disse que se não forem atendidos devem ser denunciados, então a conselheira citou o exemplo do táxiGov e disse que até hoje não está segura. Relatou também o ocorrido numa fiscalização que ela realizou, onde ao chegar à Regional com a conselheira Cris já foram sendo atacadas, que o responsável já iniciou perguntando pelo caso do conselheiro Thiago que roubou e que desviou, ela disse que queria compartilhar porque foi constrangedor, disse que calada estava e calada ficou. A mesma ponderou que todos sabem o que aconteceu, que o próprio órgão de competência alegou que foi armação e que não provou nada e que então o conselheiro Thiago é inocente e que tem esse Ofício. Assim, a mesma disse não saber quem distribuiu essa difamação, mas que ela viu, de fato, o conselheiro sendo difamado na presença do representante do CRN1 e que a conselheira Cris explicou tudo direitinho, o quê ocorreu e a pessoa, o gestor, já mudou completamente o tratamento com elas. “Ou seja, ficou bem claro que A SEEDF passa outra coisa para os gestores com relação ao trabalho do CAE e que então cabe a eles, como conselheiros, tentarem reverter isso e melhorar”. Lucelita agradeceu por ter falado e encerrou. Novamente com a palavra o Presidente Paulo informou à conselheira Lucelita que a secretaria executiva irá providenciar as solicitações da mesma e que, sobre os órgãos de controle, o CAE encaminhou muitas denúncias, mas ninguém responde, o FNDE não responde e que o único que respondeu, pela primeira vez foi a PROEDUC em relação a carne moída. O Presidente ressaltou que o FNDE que deveria estar dando apoio à eles não está dando. Informou ainda que em relação ao conselheiro Thiago, ele conversou com o mesmo após tomar conhecimento e que vai fazer um Ofício relatando sobre o arquivamento do processo do Thiago. O Presidente ressaltou que como o processo é sigiloso ele perguntou ao Thiago se ele concordava e ele concordou do CAE fazer esse documento e que então a secretária executiva vai providenciar e encaminhar esse Ofício às Regionais informando que o processo foi arquivado e que o conselheiro Thiago não deve mais nada a ninguém. Aqui o Presidente Paulo Roberto agradeceu a todos e encerrou a reunião dizendo que estão juntos para defender a merenda escolar dos alunos, que eles sabem que é desgastante, que gastam dinheiro do próprio bolso, tirando o tempo deles, tendo que largar suas famílias, para poder atender aos alunos porque eles são o principal, são o foco. Paulo disse que eles poderiam estar em casa, mas que como entraram nesse problema ele acha que eles devem permanecer e resolver o problema como um todo e que quando resolverem e não tiver nenhum problema, que aí sim eles vão poder descansar. Que sabem que as coisas que veem para eles são muito pesadas, mas que eles precisam digerir e resolver, reforçou que tira do próprio bolso porque vai na SEEDF e nas fiscalizações em seu próprio carro, que o conselheiro precisa tirar do bolso seja para o transporte, para a alimentação, porque a demanda é grande e demora, que quando percebem já estão a duas, três horas nas escolas. Então, o Presidente disse que, só tem a agradecer à todos os conselheiros pelo trabalho e passou para o vice-presidente finalizar. Aqui a conselheira Lucelita solicita que seja registrado como denúncia, que em relação a questão do táxiGov que não está solucionada, eles precisam gastar do próprio bolso, mencionou que a conselheira Karla teve prejuízos financeiros para a manutenção de um pneu do seu carro, danificado ao ir realizar uma fiscalização. Reforçou que sabem que é um trabalho voluntário e que ninguém vai ressarcir e que o mínimo que a SEEDF tem que fazer é dar o assessoramento e o respaldo que o conselheiro precisa para desenvolver um trabalho de qualidade, o que na verdade tinha que ser ela, que eles deviam ir lá só ver se estava tudo certinho ou não. Então, para finalizar, o vice-presidente elogiou a reunião de hoje, agradeceu pelas explicações da conselheira Karla e do Conselheiro Samuel e a presença de todos. Agradeceu as servidoras da Secretaria Executiva do CAE/DF pelos serviços prestados, disse que as mesmas estão constantemente em contato tanto com ele quanto com o Paulo, que estão tentando da melhor forma possível, trabalhar da forma mais adequada. Relatou que a Cleide começou há pouco tempo, mas que é uma pessoa muito prestativa e que tudo que eles solicitam a mesma tenta passar para eles da melhor forma possível e lhes dar a resposta o mais breve possível e, então ele agradece as duas servidoras, Cleide e Mônica, agradece

aos demais, mesmo aos que não se manifestaram, ressaltou que acredita que nas próximas reuniões eles terão muito a falar, a solicitar, tanto a ele quanto ao Presidente e até mesmo à Karla. Ele agradeceu novamente a conselheira Karla, disse que percebe que a mesma estuda muito as questões do CAE, que ela é bem efetiva, que participa e que o CAE precisa de pessoas desse nível. Disse que seria tão bom se os servidores públicos também fossem assim, ele sabe que tem muitos bons, mas que tem muitos que deixa a desejar, mencionou que já esteve nesse lado e sabe que é muito complicado, que tem muito servidor público que o interesse dele é mínimo para ajudar a sociedade. Agradeceu muito a todos por tudo que têm feito pelo CAE, pediu desculpas pelas ausências dele e disse que sua vida é bem complicada, mas que fará algumas fiscalizações junto com o Moacyr. Disse ao Presidente Paulo que por esse ano eles devem manter as reuniões online, mas que pensa que devem solicitar mesmo aos conselheiros suplentes, que participem das reuniões. Com a palavra o Presidente Paulo confirmou mantidas as reuniões online e declarou encerrada às 17h29 a reunião 221ª Reunião Ordinária do CAE/DF. Assinam eletronicamente esta ata os presentes:

Lucelita Santos Reis (Pais de Alunos - ASPA);

Cristiane Machado Rodrigues (Pais de Alunos - ASPA)

Paloma Cruz Porto (Poder Executivo – SEDF);

Kleber Ribeiro dos Santos (DANMS);

Paulo Roberto Ferreira da Silva (Sociedade Civil - ACELBRA-DF);

Karla Lustosa de Mello Carvalho (Sociedade Civil - OSB-DF);

Ivan Engler (Sociedade Civil – Agricultura Familiar);

Samuel Fernandes da Silva (SINPRO-DF);

Ricardo Gama (SINPRO-DF);

Cleide Cortez Cirilo (Secretária Executiva CAE/DF) e

Mônica Quintella Faria (SEEDF).



Documento assinado eletronicamente por **Karla Lustosa de Mello Carvalho, RG n.º 2298035 - SSP-DF, Usuário Externo**, em 04/12/2023, às 15:58, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **PAULO ROBERTO FERREIRA DA SILVA, RG nº 724468 SSP- DF, Usuário Externo**, em 04/12/2023, às 16:46, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **LUCELITA SANTOS REIS, RG nº 3069331 - SSP DF, Usuário Externo**, em 05/12/2023, às 15:40, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.

---



Documento assinado eletronicamente por **CLEIDE CORTEZ CIRILO - Matr.0210406-7, Secretário(a) Executivo(a) do Conselho de Alimentação Escolar do Distrito Federal**, em 07/12/2023, às 11:55, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **MONICA QUINTELLA FARIA - Matr.0043926-6, Técnico(a) em Políticas Públicas e Gestão Educacional**, em 11/12/2023, às 15:22, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **PALOMA CRUZ PORTO - Matr.0242817-2, Assessor(a) Especial.**, em 11/12/2023, às 15:38, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **KLEBER RIBEIRO DOS SANTOS, RG n.º 2032082 - SSP-DF, Usuário Externo**, em 12/12/2023, às 15:38, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **IVAN ENGLER, RG n.º.1425351- SSP - DF, Usuário Externo**, em 13/12/2023, às 11:20, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO GAMA - Matr.0034438-9, Professor(a) de Educação Básica**, em 13/12/2023, às 11:30, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **CRISTIANE MACHADO RODRIGUES, RG N.º.948826 - SSP/DF, Usuário Externo**, em 13/12/2023, às 15:08, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **SAMUEL FERNANDES DA SILVA - Matr.0219324-8, Professor(a) de Educação Básica**, em 14/12/2023, às 13:30, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&verificador=128363243](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=128363243) código CRC= **3751B54B**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Shopping ID, SCN, Qd. 06, Conjunto A, Edifício Venâncio 3.000, Bloco B, 9º andar - Bairro Asa Norte - CEP 70716-900 - DF

Telefone(s):

Sítio - [www.se.df.gov.br](http://www.se.df.gov.br)